

ENCUENTRO DE LA ASOCIACIÓN DE EDUCACIÓN E INVESTIGACIÓN EN CIENCIA DE LA INFORMACIÓN DE IBEROAMÉRICA Y EL CARIBE

XI EDICIC
16 19 OCT 2018
UNIVERSIDAD DE ANTIOQUIA

UNIVERSIDAD DE ANTIOQUIA
Escuela Interamericana de Bibliotecología

TEMA
Tendencias en Ciencias de la Información

LÍNEAS
Fundamentos epistemológicos ▲
Pedagogía y Didáctica ▲
Tendencias ▲

LUGAR:
Edificio de Extensión, Universidad de Antioquia, Medellín, Colombia

Mayores informes bibliotecologia.udea.edu.co

1MER LLAMADO

RESPONSABILIDADE SOCIAL BIBLIOTECÁRIA: EM BUSCA DA HISTÓRIA E DO DELINEAMENTO DO CONCEITO PARA REPENSAR OS CURRÍCULOS

Marielle Barros de Moraes

Universidade Federal Fluminense. moraes.marielle@gmail.com

RESUMO

A Responsabilidade Social Empresarial não é uma discussão nova no âmbito dos negócios, pois remonta ao início do século XX, inicialmente nos Estados Unidos e, no final da década de 1960, na Europa, tendo se intensificado no Brasil a partir dos anos de 1990. No âmbito da Biblioteconomia, foram nos anos de 1920 que surgiram as preocupações sociais na área, principalmente, a partir do surgimento das bibliotecas públicas nos Estados Unidos. No entanto, foram durante os anos de 1960 e início de 1970, momento em que a sociedade estadunidense estava questionando muitos dos seus aspectos, que a comunidade bibliotecária também começou a examinar seus papéis e funções tradicionais na sociedade, dando origem a um movimento denominado de Young Turks, que tinha como uma de suas demandas que os bibliotecários fossem socialmente ativos. A partir deste contexto, que nos surgiu a seguinte questão: qual a responsabilidade social da Biblioteconomia? Como a Responsabilidade Social Bibliotecária pode auxiliar a repensar os currículos dos cursos de Biblioteconomia? A fim de responder este questionamento, como metodologia realizamos uma revisão de literatura sobre Responsabilidade Social, Responsabilidade Social e Bibliotecas, analisando o início dessa discussão na área da Biblioteconomia nos anos de 1920 até os anos de 1970, período em que surgiram fortes críticas ao conceito no âmbito da American Library Association e Responsabilidade Social na formação de bibliotecários a fim de buscar na literatura acerca dessas temáticas qual a responsabilidade social original da Biblioteconomia. Em seguida, discutimos como o conceito de Responsabilidade Social Bibliotecária poderá auxiliar na construção de currículos de Biblioteconomia que possibilite aos futuros profissionais a intervir profissionalmente no mundo social, articulando conhecimentos e práticas científicas, visando a uma sociedade onde a democracia e a justiça social seja cada vez mais perseguida. Para tanto, apoiamos-nos em autores como Ashley (2000), Torres (1986), Curley (1974), entre outros. Os resultados apontam que inicialmente a responsabilidade social da Biblioteconomia estava voltada aos cuidados com o acervo, mas a partir das demandas da sociedade, bem como da própria profissão, os bibliotecários passaram a abordar cada vez mais os problemas sociais em seus espaços de discussões como os organismos de classe, como também passaram a atuar de forma socialmente responsável em seus espaços de trabalho. Além disso, os currículos de formação dos bibliotecários ainda carecem de elementos formativos que propicie aos estudantes, futuros profissionais, a atuarem de forma socialmente responsável na comunidade em que ele atuará. Conclui que a responsabilidade social primordial do bibliotecário é a democracia.

Palavras-chave: Responsabilidade Social; Responsabilidade Social Bibliotecária; Formação de Bibliotecários; Educação Bibliotecária.

1 INTRODUÇÃO

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) não é uma discussão nova no âmbito dos negócios, pois remonta à primeira década do século XX, inicialmente nos Estados Unidos e, no final da década de 1960, na Europa. Em relação ao Brasil, esse debate se intensificou a

partir dos anos de 1990, com o avanço da redemocratização do país. No entanto, não foi uma ideia advinda com o século XX, mas, já no século XIX, período em que o direito de conduzir negócios de forma corporativa era prerrogativa do Estado ou da Monarquia e não um interesse econômico privado, era aceita como doutrina. Portanto, mesmo a ideia já existindo nesse período, foi somente no século XX, com o julgamento do caso dos empresários Dodge x Ford, nos Estados Unidos, que o conceito veio a público, pois estes estavam litigando se Henry Ford, presidente e acionista majoritário da empresa, tinha a competência de tomar decisões que contrariavam os interesses dos acionistas John e Horace Dodge. Em 1916, Henry Ford, alegando objetivos sociais, decidiu não distribuir parte dos dividendos da empresa, revertendo-os para investimentos na capacidade de produção, aumento de salários e fundo de reserva para a redução de receitas em função do corte nos preços dos carros. O resultado do julgamento dessa contenda pela Suprema Corte de Michigan, foi favorável aos Dodges, justificando que a empresa existe para o benefício dos seus acionistas. A partir de então que o conceito passou a ser discutido no meio empresarial e acadêmico, inicialmente nos Estados Unidos e, no final da década de 1960, na Europa, por autores como Bowen, Chamberlain, Andrews e Galbraith (ASHLEY, 2000).

Por sua vez, no Brasil, a propagação da ideia e do conceito de RSE remonta aos anos de 1970, a partir da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE), que objetivavam inicialmente debater o balanço social e, a partir dela, surgiram outras instituições visando a responsabilidade social empresarial. Além disso, também as universidades vêm incorporando este tema no currículo dos cursos de graduação e pós-graduação, afirmando, muitas vezes, que não se trata de um conceito que vise à benevolência empresarial. Assim, Tenório (2006) classifica duas visões de responsabilidade social: a primeira denominada de *visão clássica da responsabilidade social empresarial*, incorporava os princípios do liberalismo econômico. Nesta visão, o Estado se responsabilizaria pelas ações sociais, promoção da concorrência e pela proteção da propriedade. Por sua vez, as empresas deveriam buscar o máximo lucro, a geração de empregos e o pagamento de impostos, o que já as isentaria de quaisquer coisas a mais, uma vez que, com essas ações, já teriam exercido a sua função social. Na segunda fase, que pode ser denominada de *visão contemporânea da responsabilidade social empresarial*, passa-se a ter o entendimento de que as empresas estão inseridas nas tramas sociais, cada vez mais complexas, e as atividades das empresas influenciam e impactam as comunidades e sociedades. Assim, a visão de que as empresas têm por responsabilidade social apenas pagar bem os funcionários e gerar lucro para os seus acionistas não é mais aceita na sociedade. E Moraes (2018, p. 54) complementa afirmando ter

surgido a terceira visão de RSE, por volta dos anos de 1980, a qual a autora denomina de *visão neoconservadora* da RSE, onde o que predomina é o interesse do empresariado, muitas vezes esquecendo-se de princípios como o desenvolvimento regional, a preservação do meio ambiente, os direitos trabalhistas etc., e com o aval do Estado para a sua efetivação, ou seja, são as empresas que, para atuar em tempos de crise e de mudanças avassaladoras do capital, passam a deixar de lado a responsabilidade que elas devem ter com o meio ambiente e a sociedade e passam a buscar somente o lucro como forma de sair de suas crises.

No âmbito da Biblioteconomia, foram nos anos de 1920 que surgiram as preocupações sociais na área, principalmente, a partir do surgimento das bibliotecas públicas nos Estados Unidos. No entanto, foram durante os anos de 1960 e início de 1970, momento em que a sociedade estadunidense estava questionando muitos dos seus aspectos, que a comunidade bibliotecária também começou a examinar seus papéis e funções tradicionais na sociedade, dando origem a um movimento denominado de *Young Turks*, que tinha como uma de suas demandas que os bibliotecários fossem socialmente ativos. A partir deste contexto, que nos surgiu a seguinte questão: qual a responsabilidade social da Biblioteconomia? Como a Responsabilidade Social Bibliotecária pode auxiliar a repensar os currículos dos cursos de Biblioteconomia? A fim de responder este questionamento, como metodologia, realizamos uma revisão de literatura sobre Responsabilidade Social, Responsabilidade Social e Bibliotecas e Responsabilidade Social na formação de bibliotecários a fim de buscar na literatura acerca dessas temáticas qual a responsabilidade social da Biblioteconomia. Assim, o período abrangido pela revisão de literatura compreende os anos de 1920 até os anos de 1970, momento em que surgiram fortes críticas ao conceito no âmbito da *American Library Association* (ALA) e a produção relativa a esse tema diminuiu consideravelmente. A revisão de literatura foi realizada, principalmente, na biblioteca digital JSTOR, por ela incluir periódicos e fontes primárias de pesquisa sobre Biblioteconomia e Ciência da Informação dos Estados Unidos, o que nos auxiliou a encontrar os textos produzidos desde o início da discussão sobre Responsabilidade Social no âmbito da Biblioteconomia. Em seguida, discutimos como o conceito de Responsabilidade Social Bibliotecária poderá auxiliar na construção de currículos de Biblioteconomia que possibilite aos futuros profissionais intervir profissionalmente no mundo social, articulando conhecimentos e práticas científicas, visando a uma sociedade onde a democracia e a justiça social sejam cada vez mais perseguidas. Para tanto, apoiamo-nos em autores como Ashley (2000), Curley (1974), Moraes (2018), Torres (1986), Tyler (1921), entre outros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No âmbito da Biblioteconomia, o conceito de responsabilidade social não é recente. Pelo contrário, ele remonta à segunda década do século XX, quando Alice Tyler (1921), então diretora da Western Reserve University Library School, de Cleveland, estado de Ohio, nos Estados Unidos, publicou o artigo *Preseident's address: some aspects of library progress*, no 43º Reunião Anual da American Library Association. Neste artigo, Tyler (1921) afirma que as bibliotecas não são mais reservadas apenas para um grupo limitado e selecionado de indivíduos, mas que devido a um experimento de natureza governamental, elas devem estar abertas a todos, adaptando os livros e a informação às necessidades da democracia moderna. Esse novo papel da biblioteca advém do movimento existente nos Estados Unidos de reduzir o número de analfabetos, pois com esse movimento não mais fazia sentido que as bibliotecas continuassem organizando livros nas prateleiras, mas que as grandes questões da vida pública fossem discutidas nas bibliotecas. Portanto, Tyler (1921, p. 96) acreditava no poder dos livros para levar aos jovens as mensagens dos livros, bem como acreditava na biblioteca como um fator essencial na democracia, e pergunta: “a biblioteca se tornou socialmente consciente como uma instituição?”.

Outra autora que também falava sobre a responsabilidade social dos bibliotecários foi Esdaile Arundell, do British Museum, de Londres, que, em 1933 publicou o artigo *The social responsibility of the modern library*. Para Esdaile (1933), a responsabilidade social dos bibliotecários está em possibilitar o livre acesso aos livros, a fim de garantir a democracia na sociedade. Assim, ela afirma que o homem é livre e, para ser digno de sua liberdade, ele deve fazer um uso correto das bibliotecas. Portanto, não há como a Biblioteconomia ser socialmente responsável e apoiar ideias extremistas, como tortura, ditaduras, retirada de direitos dos trabalhadores, etc.

Embora poucos artigos tenham sido encontrados dos anos de 1910 a 1930, percebemos que esse número diminuiu mais ainda nos anos de 1930 e 1940, no entanto, foi nesse período em que foram organizados grupos que estavam preocupados com questões sociais, dentre eles, o denominado de Young Turks. O Young Turks tratava-se de um grupo de jovens bibliotecários que pediam que os bibliotecários fossem socialmente ativos. No entanto, Torres (1986) afirma que se pensava que os objetivos dos Young Turks não implicavam numa consciência social, mas concentravam-se em torno da falta de resposta da hierarquia interna da *American Library Association* (ALA). Por outro lado, mesmo com pouca produção teórica, havia um grupo de bibliotecários genuinamente bem intencionados com questões sociais durante os anos 30 e 40. Alguns foram organizados por um breve período de tempo, como o

Progressive Librarians Council (PLC), cujos principais objetivos era criar uma estrutura interna mais democrática e receptiva da ALA, e também se preocupavam com questões, tais como: censura e liberdade civil. O PLC muitas vezes apoiava e patrocinava várias resoluções progressistas antes da ALA, atraindo uma forte oposição desta. Assim, com o início da II Guerra Mundial, a ALA agiu contra o PLC e, em 1942, a organização já estava bem fraca, sendo que seu último P.L.C Bulletin foi impresso em junho de 1944. Podemos perceber que os primeiros movimentos de Responsabilidade Social entre os bibliotecários foram pouco apoiados e de curta duração.

Foi somente no final da década de 1960 ao início da de 1970 que os bibliotecários novamente se reuniram em torno das questões sociais e com bastante determinação. Assim, no final dos anos de 1960, o movimento ressurgiu com a criação da *Social Responsibilities Round Table* (SRRT) em 1968, onde os líderes do movimento buscavam relacionar questões sociais com bibliotecas e bibliotecários. Para Curley (1974 como citado em Torres, 1986, p. 408, tradução nossa) os objetivos do SRRT eram “fornecer um fórum onde a discussão entre os membros da associação possa ter lugar, examinar os esforços atuais da biblioteca para enfrentar os problemas e propor programas de ação para a associação”. No entanto, mesmo que a maioria dos membros da ALA quisesse discutir temas relacionados a questões sociais, muitos dos membros discordavam do movimento e expressaram dissidência, argumentando que a biblioteca tinha um papel único e tradicional na sociedade, que era proporcionar educação, recreação e informação. Para esses membros, quando a biblioteca realizavam tarefas que não as concernentes aos cuidados com o acervo, elas estariam investigando áreas que não tinham competência para lidar eficazmente, e que as questões sociais são melhores debatidas em outras agências sociais. E aqui, Torres (1986, p. 409) afirma que o argumento dado por estes membros sustenta que a neutralidade em todas as questões é uma característica fundamental e essencial das bibliotecas e que tomar partido em uma questão só destrói a credibilidade da biblioteca como guardiã da liberdade intelectual.

Acerca da visão tradicional de responsabilidade social bibliotecária, em 15 de abril de 1969, o editorial do *Library Journal* sugere que as bibliotecas devem se concentrar nas questões relacionadas à referência e informação; no entanto, De John (1971, p. 301) discorda dessa visão afirmando que os bibliotecários devem ser sensíveis às questões sociais de sua comunidade, e, portanto, ele tem a responsabilidade de obter informações para sua comunidade. Assim, se ocorrer uma tragédia, por exemplo, o bibliotecário deve fornecer informações sobre o que motivou as pessoas e como seria possível de maneira construtiva remediar as condições que propiciaram a tragédia. O mesmo em relação ao governo, pois, em

ocorrendo escândalos, os bibliotecários, conforme afirma De John (1971) têm obrigação de fornecer informações como a ética que existe ou deveria existir para os funcionários públicos; como os cidadãos podem cobrar os políticos eleitos, etc.

Boaz (1971) escreveu um artigo intitulado *The First Responsibility* onde afirmou que, após participar das conferências anuais da ALA nos últimos três anos (1968-1970), algumas pessoas se perguntavam sobre os propósitos das reuniões da Associação, se era para fins políticos, ou para resolver questões sociais, ou para decidir sobre costumes sexuais. E muitos ainda falavam que se esses eram os propósitos, então o nome da Associação deveria ser mudado para *American Association for Social Responsibilities* ou para *Association for Politics, Sex and Social Responsibilities*. A autora ainda afirma que, nesse período, pouca atenção tem sido dada, nessas conferências anuais, a questões específicas da biblioteca, para monopolizar os eventos com uma minoria de pessoas que querem monopolizar as falas para debater sobre questões de natureza não-bibliográficas. Assim, os eventos da ALA estavam se concentrando não no trabalho da biblioteca, mas em opiniões pessoais relacionadas à Guerra do Vietnã (1959-1975), aos problemas das minorias e aos costumes sexuais. Assim, conforme Boaz (1971, tradução nossa) afirma que “nossos interesses pessoais, sociais, políticos e sexuais devem ser perseguidos pessoalmente. O negócio da biblioteca é a primeira responsabilidade de um bibliotecário”.

Outro autor que também criticou o movimento da responsabilidade social foi David Berminghausen, em seu artigo *Antithesis in Librarianship: social responsibility vs. the Library Bill of Rights*, onde afirmou que liberdade intelectual e responsabilidade social são incompatíveis e, portanto, não podem coexistir, pois a liberdade intelectual exige neutralidade em todas as questões e a responsabilidade social determina bipartidarismo e as bibliotecas são obrigadas a apresentar todos os lados das questões. Essa declaração de Berminghausen gerou um clímax na discussão sobre responsabilidade social em Biblioteconomia, fazendo com que o *Library Journal* dedicasse grande parte de sua edição de 1º de janeiro de 1973 a esta controvérsia. Assim, os bibliotecários argumentaram que a liberdade intelectual é uma responsabilidade social e não um fim em si, pois esta fomenta o debate sobre aquela. Outros argumentaram que as bibliotecas sempre se preocuparam e se envolveram em questões sociais e nunca foram neutras, pois ser neutro negaria a ascensão do processo político, dentro do qual a biblioteca opera. Não tomar uma posição é tomar uma posição (TORRES, 1986).

Uma autora defensora da responsabilidade social em Biblioteconomia foi Patricia Schuman, que, em 1976, publicou no *Library Journal*, o artigo intitulado *Social Responsibility: an agenda for the future*, onde respondeu aos principais oponentes desse

movimento, afirmando que a neutralidade só coloca o destino de bibliotecários e bibliotecas nas mãos dos tomadores de decisão que podem não ser receptivos às questões das bibliotecas. Assim, na sua atitude de profissionais neutros, muitas vezes se corrobora com as atitudes de políticos que não se preocupam com as bibliotecas. Para a autora, a liberdade intelectual não é um fim em si, mas apenas um componente da responsabilidade social das bibliotecas.

Um grupo que muito produziu acerca da responsabilidade social em Biblioteconomia foram os Bibliotecários Jurídicos. Até a Segunda Guerra Mundial a literatura de Law Library refletia uma crescente preocupação com questões de responsabilidade social e os temas relacionados a patriotismo desempenharam um papel dominante nos procedimentos da *American Association Law Libraries* (AALL) tanto no pós-1945, quanto no período da Guerra Fria. Assim, nos anos de 1960, seguindo a tendência geral dos outros bibliotecários, os bibliotecários jurídicos enfrentaram seriamente as questões de responsabilidade social, tanto de forma individual, quanto no âmbito das associações. Torres (1986, p. 412) afirma que as *Conference Concernent Law Librarians* (CCLL) desempenharam um papel importante no desenvolvimento do movimento de responsabilidade social durante esse período.

Na reunião anual da AALL de 1970, a CCLL reuniu-se informalmente e elaborou um plano de ação para o futuro, formando subcomitês para tratar de questões específicas de interesses para os membros. Nos anos iniciais em que a CCLL estava se formando, seus membros discutiram sobre se filiar oficialmente à ALA's *Social Responsibilities Round Table* (SSRT); no entanto, os membros da CCLL foram contra essa estratégia e votaram apenas para manter contato com o SSRT. Um dos argumentos dos bibliotecários que eram contra eram relativos a que indivíduos que desejassem participar de políticas partidárias deveriam fazê-lo como indivíduos, não como bibliotecários jurídicos, e que o envolvimento em questões sociais e políticas partidárias vai muito além dos propósitos da associação e esse argumento tem sido usado repetidamente por aqueles que se opõem ao movimento da responsabilidade social. Assim, a primeira reunião formal da CCLL foi em 1971 e apresentou quatro resoluções: 1) criar um comitê especial de um ano para estudar e traçar um plano de ação para a melhoria dos serviços das bibliotecas jurídicas aos prisioneiros; 2) a segunda resolução foi dividida em duas partes: a primeira exigiu um endosso da Emenda para a Igualdade de Direitos, a qual foi aprovada, após alguém se opor a ela no debate, afirmando que a AALL deveria permanecer neutra. A segunda exigiu que a AALL apoiasse a licença-maternidade para as funcionárias da biblioteca. Após uma longa discussão, a moção foi derrotada. Assim, das 16 resoluções apresentadas na reunião anual de 1972, metade foram referentes às questões de responsabilidade social e foram propostas pelos membros da CCLL e associados e o

Special Committee on Law Library Service to Prisoners se tornou então um comitê permanente da Associação. Torres (1986) afirma que o debate sobre *Law Library Responsibility* não possuía cobertura extensiva da imprensa bibliotecária, como possuía a biblioteca pública e, por isso, apenas duas fontes desse período se destacam acerca do tema: o *Law Library Journal* e o *AALL Newsletter*. Portanto, desde 1970 inúmeros programas sobre temas socialmente relevantes foram apresentados nas reuniões anuais da AALL, bem como foram introduzidas dezenove resoluções de mentalidade social. Destas dezenove, quinze foram apresentadas nas reuniões anuais de 1970 e 1971, sendo oito delas não aprovadas. Por outro lado, é inegável a alta atividade durante os anos de 1970 sobre responsabilidade social no âmbito da Biblioteconomia Jurídica.

Uma das primeiras definições de responsabilidade social para Biblioteconomia foi delineada pelo The American Library Association's Committee on Organization, que sugeriu em 1968 que “as responsabilidades sociais podem ser definidas como as relações que os bibliotecários e as bibliotecas têm para problemas não-bibliográficos que se relacionam com o bem-estar de nossa sociedade (American Library Association, 1970 como citado em Curley, 1974, p. 79). Assim, já no final dos anos de 1960 as preocupações estavam se voltando não apenas aos cuidados do acervo, mas sobretudo, com questões sociais. No entanto, já em 1970, o Activities Committee on New Directions for ALA (ACONDA) identificou duas definições conflitantes do conceito. A *primeira* afirma que a responsabilidade social de uma biblioteca é responder às necessidades de informação dos usuários, e ser responsável por essas necessidades é o principal dever de um bibliotecário, e, portanto, o carro-chefe de sua responsabilidade social. A *segunda* definição conforme a (American Library Association, 1970 como citado em Curley, 1974, p. 79) é considerada radical, nova e ativista e refere-se à relação que bibliotecários e bibliotecas têm de resolver problemas que se relacionam com o bem-estar social. Assim, mesmo que na década de 1960 tenha existido muitos jovens reunidos em torno da responsabilidade social, pouco se esforçaram para realmente definir o que o termo realmente significava. No entanto, conforme afirmou Curley (1974) mesmo que as causas sociais apoiadas tenham sido muitas, como recrutamento das minorias, cooperação com outras agências sociais, defesa da liberdade intelectual e dos seus praticantes, etc., o que manteve o movimento unido não foi uma aceitação cega de alguma definição de responsabilidade social, mas um senso compartilhado de idealismo, derivado, em grande parte, de fatores fora do mundo das bibliotecas, bem como o desejo comum de traduzir ideais em realidades.

É importante afirmar que o termo *responsabilidade social bibliotecária* começou a surgir por volta de 1968 e as escolas de Biblioteconomia passaram a promover cursos sobre bibliotecas como instituições sociais. Por exemplo, Curley (1974) afirma que a filosofia social do Andrew Carnegie, por exemplo, foi mais entusiasta dos Turks Young, um movimento de responsabilidade social, mas não se pode afirmar que as bibliotecas dos Estados Unidos da América eram indiferentes ao seu papel social em meados da década de 1960. Assim, foi nesse período que a tradicional preocupação da biblioteca com a liberdade intelectual abriu caminhos para a responsabilidade social nesse período, além do fato de que a opinião pública na década de 1960 sobre a crescente ação militar no Sudoeste da Ásia levou a sucessivas administrações de Washington a um maior segredo governamental, supressão e esforços para gerenciar as notícias. Assim, a gravidade dessa ameaça à liberdade de expressão levou os bibliotecários a não permanecer mais em silêncio, bem como o envolvimento militar em guerras, levou que esse clima de intolerância e paranoia fizesse com que os bibliotecários percebessem que a guerra era um problema para eles e que, se a guerra o era, então, outras questões sociais também o eram.

Assim, nossa revisão de literatura foi realizada abrangendo o período de 1920 a 1970 e a realizamos, principalmente, na biblioteca digital JSTOR, por ela incluir periódicos e fontes primárias de pesquisa sobre Biblioteconomia e Ciência da Informação dos Estados Unidos, o que nos auxiliou a encontrar os textos produzidos desde o início da discussão sobre Responsabilidade Social no âmbito da Biblioteconomia.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Podemos perceber que a discussão acerca do conceito de Responsabilidade Social Bibliotecária não é recente e foi bastante debatido no âmbito da Biblioteconomia pela American Library Association. Nos anos de 1920 a 1930, principalmente, as grandes questões da responsabilidade social bibliotecária eram relativas a abrir a biblioteca a todos, bem como adaptar os livros às necessidades da democracia moderna, novo papel esse para as bibliotecas advindo do movimento de alfabetização dos Estados Unidos. Nesse período, a biblioteca era vista como fator essencial na democracia e que não dava para as bibliotecas serem socialmente responsáveis e seguir apoiando ideias extremistas. No entanto, a produção teórica acerca desse tema nesse período foi bem escassa, sendo que nos anos de 1930 a 1940 diminuiu ainda mais por falta de apoio da ALA ao tema, mesmo que nesse período alguns grupos de bibliotecários se preocupassem em relação à censura. Mesmo assim, nos anos de

1940 foi criada a *Progressive Librarians Council*, a qual atraiu forte oposição da ALA, e que com o início da II Guerra Mundial agiu contra o PLC, que acabou sendo fechado em 1944.

Foi somente no final da década de 1960 que os bibliotecários retomam as questões sociais, tendo-se até criado dentro da ALA um conselho de bibliotecários progressistas. Assim, em 1968 as escolas de Biblioteconomia nos Estados Unidos passaram a promover cursos sobre responsabilidade social em Biblioteconomia. No entanto, no final dos anos de 1970 surgiram fortes críticas ao conceito no âmbito da ALA a ponto de seus membros se perguntarem se as reuniões da associação era para fins políticos e se o fossem então seu nome deveria mudar de *American Library Association* para *American Association for Social Responsibilities* ou para *Association for Politics, Sex and Social Responsibilities*, e assim, a produção relativa a esse tema diminuiu consideravelmente.

Os resultados que a revisão de literatura nos permitiu chegar revelam que a discussão utilizando o termo *responsabilidade social* não era feita na Biblioteconomia, no entanto, os bibliotecários acreditavam antes dos anos de 1920 que sua responsabilidade profissional, e, portanto, social estava cumprida se os acervos estivessem ordenados. Assim, a responsabilidade social da Biblioteconomia estava voltada aos cuidados com o acervo, mas a partir das demandas da sociedade, bem como da própria profissão, os bibliotecários passaram a abordar cada vez mais os problemas sociais em seus espaços de discussões como os organismos de classe, tendo como protagonista a *American Library Association*, como também passaram a atuar de forma socialmente responsável em seus espaços de trabalho.

4 CONCLUSÕES

A partir do que o trabalho buscou despertar ousamos inferir algumas conclusões. A história da responsabilidade social bibliotecária pode auxiliar a repensar os atuais currículos dos cursos de Biblioteconomia nas sociedades ibero-americanas, uma vez que nossa identidade ibero-americana nos aproxima. A nossa responsabilidade social originária era relativa aos cuidados dos acervos, porém quando o debate se iniciou na área da Biblioteconomia, já integrava nossa responsabilidade com a democracia e com o fortalecimento desta nas sociedades. No entanto, nossos currículos de formação até os dias atuais ainda carecem de elementos formativos que propicie aos estudantes, futuros profissionais, a atuarem de forma socialmente responsável na comunidade em que ele atuará. Em seguida, a partir das discussões da ALA nossa responsabilidade social estava pautada nas necessidades da sociedade na qual o bibliotecário e a biblioteca estão inseridos. A partir de então, as preocupações bibliotecárias passaram a ser direitos civis, feminismo, direito ao voto,

liberdade intelectual, questões étnicas, participação em decisões políticas, democracia, etc., o que causou desconforto com grupos bibliotecários contrários a essas ideias.

Percebemos que o conceito de Responsabilidade Social Bibliotecária¹ poderá auxiliar na construção de currículos de Biblioteconomia que possibilitem aos futuros profissionais intervir profissionalmente no mundo social, articulando conhecimentos e práticas científicas, visando a uma sociedade onde a democracia e a justiça social sejam cada vez mais perseguidas. Para tanto, há a necessidade de inserção nos currículos de formação dos bibliotecários, de disciplinas acerca de responsabilidade social, que incluam temas contemporâneos, como combate a Fake News, Competência Crítica em Informação, estudos de gênero, etnias, democracia, liberdade intelectual, participação política, a fim de formar profissionais preocupados com essas questões e críticos em seu fazer. Portanto, finalizo com uma citação de Almeida Júnior (1997, p. 93), para quem: “a biblioteconomia está precisando de uma ‘teologia da libertação’. Talvez, com ela, os bibliotecários passem a se interessar mais pelo povo, pelos carentes de informação, não de uma forma assistencialista, mas como um dever, uma obrigação social da profissão”. E, assim, possibilitem que a sociedade na qual eles atuam, tenham sempre a democracia como valor precípuo e inegociável, inclusive quando políticos extremistas tentem anular a democracia. Essa é a nossa primeira e primordial responsabilidade social: a democracia.

5 BIBLIOGRAFIA

Almeida, O. F., Jr. (1997) Participação política do bibliotecário ou por uma Biblioteconomia guerrilheira. In Almeida Júnior, O. F. *Sociedade e Biblioteconomia*. (pp. 89-93). São Paulo: Pólis.

Ashley, P. A. (Coord.), (2000). *Ética e responsabilidade social nos negócios*. (2. ed.). São Paulo: Saraiva.

Boaz, M. (1971). The first responsibility. *American Library*, 2 (10), 1035. Recuperado de: <www.jstor.org/stable/25618494>. Acessado em: 2 fev. 2016.

Curley, A. (1974). Social responsibility and libraries. In Vogt, Melvil J. (Ed.). *Advances in librarianship* (Vol. 4, pp. 77-101). New York: Academic Press.

De John, B. (1971). Social responsibility: what it's all about. *American Libraries*, 2 (3), 300-302.

¹ Uma tentativa de delinear o conceito de Responsabilidade Social Bibliotecária foi feita no artigo de Moraes (2018).

Esdaille, A. (1933). The social responsibility of the modern library. *Bulletin of the American Library Association*, 27 (13), 572-576.

Goldstein, I. (2007). *Responsabilidade social: das grandes corporações ao terceiro setor*. São Paulo: Ática.

Mello Neto, F., Froes, C. (1999). *Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor*. Rio de Janeiro: Qualitymark.

Moraes, M. B. (2018). Responsabilidade Social Bibliotecária (RSB): o que significa em tempos de rupturas democráticas? In Spudeit, D.; Moraes, M. B. *Biblioteconomia Social: epistemologia transgressora para o século XXI* (Cap. 2, pp. 49-76). São Paulo: ABECIN.

Schuman, P. G. (1976). Social responsibility: an agenda for the future. *Library Journal*, 101(1), 251-254.

Tenório, F. (2006). *Responsabilidade social empresarial: teoria e prática*. Rio de Janeiro: FGV.

Torres, Arturo L. (1986). The social responsibility movement among law librarians: the debate revisited. *Law Library Journal*, 78 (405), 405-424.

Tyler, Alice S. (1921). President's address: some aspects of library progress. *Bulletin of the American Library Association*, 15 (4), 95-100.